

INFORMAÇÕES CONSULTA PÚBLICA MPS/SRPC Nº 2/2025

Em atendimento ao disposto no inciso I do art. 19 do Decreto 10.411, de 30 de junho de 2020, o Departamento do Regime de Previdência Complementar da Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social torna público o relatório com as críticas e as sugestões recebidas e os nomes das pessoas, naturais ou jurídicas, que enviaram as manifestações.

Oportunamente serão divulgados o posicionamento em relação às críticas e sugestões recebidas e as alterações relevantes realizadas na minuta submetida à consulta pública, para atendimento ao inciso II do art. 19 do referido Decreto nº 10.411, de 2020.

Objeto: Proposta de Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar, formulada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que altera a Resolução CNPC nº 40, de 30 de março de 2021, e a Resolução CNPC nº 50, de 16 de fevereiro de 2022.

Responsável pela consulta: Ministério da Previdência Social - Secretaria de Regime Próprio e Complementar

Período de contribuições: 01/08/2025 a 14/09/2025

Contribuições recebidas: 58

Parágrafo 1

RESOLUÇÃO CNPC Nº XX, DE XX DE XXXXX DE 2025

Número: CP-1019057

Data: 18/08/2025 - 18:49

Título: Sugestões para alteração das Resoluções CNPC nº 40 e nº 50

Resumo: Sou participante assistido de um plano de Benefício Definido (BD) atualmente em extinção, com menos de 10 participantes remanescentes, administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS. Desde a retirada da garantia da patrocinadora, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, a totalidade do risco passou aos assistidos, resultando em sucessivos Planos de Equacionamento de Déficit (PED) que reduziram meu benefício líquido a valores inferiores ao mínimo existencial. Hoje, após contribuições extraordinárias superiores a 50% do benefício bruto, somadas à contribuição normal,

recebo líquido menos de 1% do benefício originalmente contratado, valor insuficiente para manutenção da dignidade humana, conforme art. 1º, III da Constituição Federal. Esta consulta pública é oportunidade de inserir salvaguardas nas Resoluções CNPC nº 40 e nº 50 para impedir que outros assistidos de planos em extinção sejam expostos a situação semelhante.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaibrasil/blob/baixar/74248>

Contribuinte: ADEMIR MARTINS DE FRANCA

Status: Pendente

Número: CP-1019063

Data: 18/08/2025 - 18:56

Título: Sugestões para alteração das Resoluções CNPC nº 40 e nº 50

Resumo: Sou participante assistido de um plano de Benefício Definido (BD) atualmente em extinção, com menos de 10 participantes remanescentes, administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS. Desde a retirada da garantia da patrocinadora, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, a totalidade do risco passou aos assistidos, resultando em sucessivos Planos de Equacionamento de Déficit (PED) que reduziram meu benefício líquido a valores inferiores ao mínimo existencial. Hoje, após contribuições extraordinárias superiores a 50% do benefício bruto, somadas à contribuição normal, recebo líquido menos de 1% do benefício originalmente contratado, valor insuficiente para manutenção da dignidade humana, conforme art. 1º, III da Constituição Federal. Esta consulta pública é oportunidade de inserir salvaguardas nas Resoluções CNPC nº 40 e nº 50 para impedir que outros assistidos de planos em extinção sejam expostos a situação semelhante.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaibrasil/blob/baixar/74250>

Contribuinte: ADEMIR MARTINS DE FRANCA

Status: Pendente

Número: CP-1031657

Data: 14/09/2025 - 17:03

Título: RESUMO EXECUTIVO DA CONTRIBUIÇÃO - SINERGIA CAMPINAS INSTITUTO ADECON / SEESP

Resumo: CONTRIBUIÇÃO Contribuição sobre os principais aspectos e sugestões para resguardar os direitos dos participantes e assistidos dos planos de previdência complementar e garantir a sustentabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCAUTORIA DA CONTRIBUIÇÃO• Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas – (SINERGIA CAMPINAS), CNPJ 46.085.528/0001-01• Instituto Adecon (ADECON), CNPJ 47.412.143/0001-74• Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), CNPJ 62.637.137/0001-09CONTRIBUIÇÃO À CONSULTA PÚBLICA – ALTERAÇÃO DAS RESOLUÇÕES CNPC Nº 40/2021 E Nº 50/20221. TítuloProteção dos direitos dos participantes e assistidos nas alterações das Resoluções CNPC nº 40/2021 e nº 50/20222. Resumo ExecutivoA proposta de alteração das Resoluções CNPC nº 40/2021 e nº 50/2022 moderniza regras de atualização de benefícios, portabilidade, resgate e BPD. Contudo, há lacunas e riscos que podem comprometer os direitos dos participantes e assistidos, tais como:• adoção de índices de correção menos protetivos;• fragilidade de governança participativa;• congelamento de benefícios em caso de índices negativos;• incentivo excessivo à liquidez, em detrimento da proteção previdenciária;• proteção insuficiente a participantes desligados e cancelados;• risco de migrações induzidas e concentração de recursos em planos família/instituídos, com perda da lógica paritária.

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 2

Altera a Resolução CNPC nº 40, de 30 de março de 2021, que dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações, e a Resolução CNPC nº 50, de 16 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, da portabilidade, do resgate e do autopatrocínio em planos de entidades fechadas de previdência complementar.

Número: CP-1031659

Data: 14/09/2025 - 17:05

Título: CONTRIBUIÇÃO - RESUMO DAS PROPOSIÇÕES - SINERGIA CAMPINAS / INSTITUTO ADECON / SEESP

Resumo: 3. Propostas NormativasA. Resolução CNPC nº 40/20211. Blindagem de índices: vedar alteração de indexador que reduza o valor presente atuarial dos benefícios concedidos e a conceder.2. Governança obrigatória: exigir deliberação do Conselho

Deliberativo e consulta prévia aos participantes (mínimo 180 dias) antes de submissão à Previc e inclusão expressa ao respeito a acordos feitos em períodos pré-privatização para o caso de planos patrocinados por empresas que foram privatizadas.3. Compensação de índices negativos: limitar congelamento de reajustes a 12 meses.4. Transparência: exigir relatório acessível com histórico dos índices, projeções e impactos.B. Resolução CNPC nº 50/20221. Liquidez controlada: condicionar resgates/portabilidades a período mínimo de 60 meses e vedar incentivos por patrocinadores/instituidores.2. Aconselhamento obrigatório: antes de resgate/portabilidade, EFPC deve oferecer simulações e orientação financeira/previdenciária, salvo recusa formal do participante.3. Salvaguardas no BPD: exigir nota atuarial independente que comprove neutralidade atuarial e comunicação clara dos fatores de conversão.4. Participantes cancelados: ampliar prazo de proteção de 36 para 60 meses, garantindo portabilidade imediata da reserva.5. Vedação a migração induzida: proibir vantagens ou campanhas que induzam resgates/portabilidades sem informação completa.6. Laudos independentes: exigir pareceres atuariais independentes em operações de migração coletiva, com divulgação pública aos participantes.C. Contra concentração em planos família/instituídos1. Equivalência de governança: obrigar planos instituídos/família a mecanismos de participação e de governança dos assistidos equivalentes aos conselhos paritários, mas com preponderância em termos deliberativos.2. Diversificação obrigatória: monitorar e divulgar anualmente participação de mercado para evitar concentração excessiva.3. Proteção contra indução institucional

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 3

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no art. 13 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 e nos art. 4º e art. 17, inciso VII do Decreto nº 7.123, de 3 de março de 2010, c/c os art. 14, inciso IX, art. 17, inciso VI e art. 24 do Regimento Interno aprovado pela Portaria MPS nº 132, de 14 de março de 2011, torna público que o Conselho, em sua XXª Reunião Ordinária, realizada no dia XX de XXXXXXXX de 2025, RESOLVE:

Parágrafo 4

Art. 1º A Resolução CNPC nº 40, de 30 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Parágrafo 5

"Art. 4º

Parágrafo 6

.....

Parágrafo 7

§ 2º

Parágrafo 8

.....

Parágrafo 9

IV - autorização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Número: CP-1031663

Data: 14/09/2025 - 17:11

Título: AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO ÍNDICE ECONÔMICO - INDEXADOR DE ATUALIZAÇÃO - SINERGIA CAMPINAS / INSTITUTO ADECON / SEESP

Resumo: Quaisquer alterações sobre troca do índice econômico que será utilizado como indexador de atualização dos benefícios tem que ser aprovado pela PREVIC, mas antes deve ser aprovado nos órgão de governança (comitês gestores dos planos e no Conselho Deliberativo) da EFPC

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 10

.....

Parágrafo 11

§3º Na hipótese do critério de atualização dos benefícios com características de benefício definido adotar índice de preço, este deverá, cumulativamente:

Número: CP-1030950

Data: 12/09/2025 - 11:11

Título: Transparência na divulgação do índice de atualização dos benefícios

Resumo: A proposta busca aumentar a transparência ao exigir que o índice de atualização dos benefícios seja divulgado de forma clara e periódica aos participantes e assistidos, acompanhado de simulações que demonstrem os impactos de diferentes cenários na renda previdenciária. § 4º. O critério de atualização dos benefícios deverá ser obrigatoriamente divulgado aos participantes e assistidos, em extratos anuais e canais digitais disponibilizados pela entidade, acompanhado de simulações que demonstrem os impactos em diferentes cenários de variação do índice sobre a renda previdenciária.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75077>

Contribuinte: INGRID CRISTINA DE OLIVEIRA ANDRADE RODRIGUES

Status: Pendente

Número: CP-1031026

Data: 12/09/2025 - 13:44

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração

Resumo: §3º Na hipótese de o critério de atualização dos benefícios com características de benefício definido adotar índice de preço, este deverá, cumulativamente:

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031665

Data: 14/09/2025 - 17:19

Título: CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS - SINERGIA CAMPINAS / INSTITUTO ADECON / SEESP

Resumo: Considerações sobre a proposta das notas técnicas, comentários sobre riscos e recomendações.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaibrasil/blob/baixar/75142>

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 12

I - refletir adequadamente a variação de preços de produtos e serviços consumidos pela população do plano de benefícios;

Número: CP-1031029

Data: 12/09/2025 - 13:46

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração

Resumo: ALTERAÇÃO:I - refletir adequadamente a variação de preços de produtos e serviços da economia nacional;JUSTIFICATIVA:A redação proposta abre margem para interpretações de que apenas índices de inflação específicos (ex: Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade - IPC-3i/FGV), seriam aptos a atender ao requisito de “refletir adequadamente” o consumo da população idosa, público predominante nos planos de benefício definido.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031162

Data: 12/09/2025 - 18:06

Título: ALTERAÇÃO: I - refletir adequadamente a variação de preços de produtos e serviços consumidos pela população ou da economia nacional.

Resumo: Justificativa: Manter a aderência e compatibilidade aos fatores listados nos demais itens, especialmente o item III, evitando índices descorrelacionados dos ativos existentes

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Número: CP-1031668

Data: 14/09/2025 - 17:24

Título: COMENTÁRIOS SOBRE REFLETIR ADEQUADAMENTE A VARIAÇÃO DE PREÇOS - SINERGIA CAMPINAS / INSTITUTO ADECON / SEESP

Resumo: Comentários sobre o índice econômico refletir corretamente os preços

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaibrasil/blob/baixar/75144>

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 13

.....

Parágrafo 14

§ 4º Mediante estudo técnico fundamentado, a Previc publicará normativo com a relação dos índices de preço que atendam aos requisitos dos incisos I e II do § 3º.

Número: CP-1031184

Data: 12/09/2025 - 18:12

Título: EXCLUIR

Resumo: Não deveria ser competência da Previc relacionar os índices de preços que possam ser utilizados pelos planos, cabe a governança das EFPCs definirem isto nos regulamentos dos planos de benefícios que serão aprovados pela Previc

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Número: CP-1031189

Data: 12/09/2025 - 18:20

Título: EXCLUIR

Resumo: Entendemos que cabe a governança da EFPC a manutenção, ou não, dos índices aplicáveis nos regulamentos dos planos por ela operados, que serão objeto de aprovação pela Previc

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Número: CP-1031174

Data: 12/09/2025 - 18:34

Título: APEP: Sugestão para exclusão

Resumo: Entendemos que não seria competência da Previc a avaliação dos índices de preços aplicáveis, mas sim da governança da EFPC

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Número: CP-1031682

Data: 14/09/2025 - 17:43

Título: LISTA DE ÍNDICES ECONÔMICOS ELABORADA PELA PREVIC

Resumo: Comentários sobre benefícios e pontos de atenção sobre a lista dos índices econômicos elaborada pela PREVIC

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75146>

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 15

§ 5º Os planos de benefícios que adotam índice de preço não relacionado no normativo de que trata o § 4º podem mantê-lo, excepcionalmente, caso a EFPC demonstre que o referido índice é mais aderente ao objetivo de equilíbrio econômico-financeiro entre seus ativos e passivos.

Número: CP-1031030

Data: 12/09/2025 - 13:48

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração

Resumo: JUSTIFICATIVA: Verificar a possibilidade de especificar no dispositivo de que forma a EFPC deve demonstrar a aderência do índice (estudo técnico ou outro documento). Evitar a subjetividade e deixar mais claro para a EFPC a forma de cumprimento da obrigação.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031175

Data: 12/09/2025 - 18:35

Título: APEP: Sugestão para exclusão

Resumo: Conforme justificativa do item anterior

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Número: CP-1031684

Data: 14/09/2025 - 17:46

Título: NÃO UTILIZAÇÃO DE ÍNDICE ECONÔMICO DA LISTA ELABORADA PELA PREVIC

Resumo: Comentarrios sobre riscos para os direitos dos participantes e assistidos

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75148>

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 16

§ 6º É autorizada a adoção, pela EFPC, de uma composição de dois ou mais índices, desde que o índice resultante atenda aos requisitos do § 3º.

Número: CP-1023587

Data: 27/08/2025 - 15:35

Título: Reajuste pela rentabilidade, deduzida a taxa de juros

Resumo: Sugerimos admitir a possibilidade de o Plano adotar um índice de reajuste de benefícios, resultante da rentabilidade auferida no plano no ano, deduzida a taxa de juros adotada no período. Esta possibilidade, praticamente, reduziria os déficits em quase 100%, pois a variação de resultado seria apenas oriunda da mortalidade

Contribuinte: RITA PASQUAL ANZOLIN

Status: Pendente

Número: CP-1031032

Data: 12/09/2025 - 13:49

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração

Resumo: ALTERAÇÃO SUGERIDA:§ 6º É autorizada a adoção, pela EFPC, de uma composição de dois ou mais índices, desde que o índice resultante atenda aos requisitos do § 3º e o detalhamento dos índices de preços e respectivos percentuais de utilização estejam expressos no regulamento do plano de benefícios.JUSTIFICATIVA:Trazer segurança jurídica, deixando expresso na norma o entendimento da PREVIC constante do item 2.2 do “Perguntas e Respostas sobre a Resolução CNPC nº 40, de 30 de março de 2021” (disponível no site da PREVIC), no sentido de que “a utilização de índices compostos como critério de atualização dos benefícios requer o detalhamento dos índices de preços e respectivos percentuais de utilização deverão estar expressos no regulamento do plano de benefícios”.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Parágrafo 17

§ 7º O valor do benefício não sofrerá redução, quando, por ocasião de sua atualização, a variação acumulada do índice de preço adotado pelo plano, durante o período de apuração, for negativa, recomendando a compensação dessa variação em período posterior.

Número: CP-1031034

Data: 12/09/2025 - 13:50

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração

Resumo: ALTERAÇÃO SUGERIDA: § 7º. Fica vedada a redução do benefício quando, por ocasião de sua atualização, conforme previsto no regulamento do plano, a variação acumulada do índice de preços no período de apuração for negativa, devendo essa variação ser compensada nos reajustes positivos subsequentes, na forma prevista no regulamento. **JUSTIFICATIVA:** A previsão de dever compensatório em substituição à recomendação de compensação quando houver variação positiva do índice na forma a ser estabelecida no regulamento do plano seria uma medida alinhada aos princípios da Lei Complementar 109 de 2001, notadamente o equilíbrio financeiro e atuarial e solvência. A proposta de redação visa ainda mitigar risco de judicialização já que “recomendando” enseja subjetividade e imprevisibilidade. Além disso, a proposta visa dar previsibilidade regulatória e alinhar a política de reajuste a padrões melhores de governança.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031178

Data: 12/09/2025 - 18:41

Título: APEP: Sugestão para alteração

Resumo: § 7º O valor do benefício deverá manter o poder de compra, conforme o índice de correção previsto no plano de benefícios. **JUSTIFICATIVA:** o benefício deve ser reajustado conforme o índice previsto no regulamento, inclusive em caso de deflação, para manter o equilíbrio técnico e evitar distorções econômicas e atuariais.

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Número: CP-1031692

Data: 14/09/2025 - 17:55

Título: IRREDUTIBILIDADE DO VALOR NOMINAL DO BENEFICIO, COMPENSAÇÃO DA VARIAÇÃO EM PERÍODO POSTERIOR - SINERGIA CAMPINAS / INSTITUTO ADECON / SEESP

Resumo: Comentários e proposições sobre a irredutibilidade do valor nominal do benefício e compensação posterior

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75150>

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 18

Número: CP-1030952

Data: 12/09/2025 - 11:15

Título: Atualização cadastral somente após aprovação final

Resumo: Propõe-se que a atualização das informações no sistema da PREVIC seja realizada apenas após a aprovação final de estatuto ou regulamento, evitando divergências entre minutas em análise e a base cadastral, reduzindo retrabalho e garantindo maior segurança jurídica. Art. 6º (...) § 1º O cadastramento das informações no sistema da Superintendência Nacional de Previdência Complementar será atualizado pela EFPC somente após a aprovação do Estatuto ou Regulamento. § 2º A Superintendência concederá prazo hábil para a atualização cadastral após a aprovação final do documento.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75079>

Contribuinte: INGRID CRISTINA DE OLIVEIRA ANDRADE RODRIGUES

Status: Pendente

Número: CP-1031036

Data: 12/09/2025 - 13:54

Título: ABRAPP: Sugestão de inclusão §8

Resumo: INCLUSÃO SUGERIDA: § 8º Independentemente da previsão do §7º as parcelas destinadas a equacionamento, recomposição de serviço passado ou outras de responsabilidade do assistido continuarão a ser descontadas pela entidade. JUSTIFICATIVA: Inclusão de dispositivo para deixar mais claro que apesar de a variação negativa do índice de atualização não impactar imediatamente no cálculo do benefício, ainda assim as parcelas de responsabilidade do assistido poderão acarretar na redução do mesmo.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Parágrafo 19

Art. 8º A Previc poderá fixar e adotar critérios de certificação prévia de estatutos, regulamentos e convênios de adesão, desde que suas cláusulas sejam, na forma e no conteúdo, previamente examinadas e aprovadas pelo referido órgão." (NR)

Número: CP-1030955

Data: 12/09/2025 - 11:22

Título: Padronização tecnológica da portabilidade entre EFPCs

Resumo: Propõe-se incluir no Art. 8º a obrigatoriedade de a PREVIC definir padrões nacionais mínimos de integração tecnológica para a portabilidade entre EFPCs. A ausência de padrões comuns dificulta a efetividade da portabilidade. A padronização trará mais eficiência, segurança jurídica e transparência, beneficiando diretamente os participantes e alinhando-se às boas práticas já adotadas em setores como o Open Finance. § X. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC estabelecerá padrões nacionais mínimos de integração tecnológica para a operacionalização da portabilidade entre entidades fechadas de previdência complementar, compreendendo layouts de arquivos, cadastros únicos, tecnologias de integração e status padronizados de processo, de forma a assegurar eficiência, transparência e proteção ao participante.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75081>

Contribuinte: INGRID CRISTINA DE OLIVEIRA ANDRADE RODRIGUES

Status: Pendente

Número: CP-1031703

Data: 14/09/2025 - 18:05

Título: CLAÚSULAS FIXA E VARIÁVEIS DE ESTATUTOS, CONVÊNIOS DE ADESÃO E REGULAMENTOS DE PLANOS - SINERGIA CAMPINAS / INSTITUTO ADECON / SEESP

Resumo: Recomendamos que a PREVIC determine uma revisão de Estatutos, Convênios de Adesão e Regulamentos de Planos envolvendo EFPC e patrocinadoras que passaram por processos de privatização de forma que esses normativos, se ainda não o fazem, registrem de forma clara os resultados dos acordos pré-privatização, conforme o artigo 5º da Resolução CNPC nº 59/2023 e o Parecer nº 00004/2023/CPIT/PFPREVIC/PGF/AGU, de 21/08/2023.

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 20

Art. 2º A Resolução CNPC nº 50, de 16 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Número: CP-1031037

Data: 12/09/2025 - 13:56

Título: ABRAPP: Sugestão de inclusão § ÚNICO

Resumo: INCLUSÃO SUGERIDA: Para fins do disposto nesta Resolução, entende-se por benefício pleno o benefício programado, podendo ser antecipado, conforme previsto no regulamento do plano. **JUSTIFICATIVA:** Permitir que o participante optante pelo BPD ou que teve sua opção presumida pelo Instituto possa requerer aposentadoria de forma antecipada, de acordo com as regras de elegibilidade previstas nos regulamentos dos planos.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031039

Data: 12/09/2025 - 13:57

Título: ABRAPP: Sugestão de inclusão INCISO II ART 4º

Resumo: SUGESTÃO DE INCLUSÃO: possibilidade de cumprimento da carência de até três anos de vinculação do participante ao plano de benefícios, na forma do regulamento. **JUSTIFICATIVA:** Facultada a Entidade definir ou não prazo de carência para que o Participante tenha condições de permanecer no plano mesmo que seja Participante por pouco tempo, e vai em linha com o propósito de fomento.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031042

Data: 12/09/2025 - 13:59

Título: ABRAPP: Sugestão de inclusão § 3º - ART 5º

Resumo: SUGESTÃO DE INCLUSÃO: § 3º O regulamento do plano de benefícios pode facultar ao participante que tenha optado pelo benefício proporcional diferido a realização de aportes, recorrentes ou não, com destinação específica. **JUSTIFICATIVA:** Incluir possibilidade de BPD contribuir de forma recorrente, em prol do fomento sem necessidade de mudar para autopatrocinado, facilitando o operacional das Entidades.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031708

Data: 14/09/2025 - 18:13

Título: COMENTÁRIOS SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNPC Nº 50/2022 - SINERGIA CAMPINAS - INSTITUTO ADECON - SEESP

Resumo: Comenat'rios sobre as propostas de alteração da Resolução CNPC nº 50/2022.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75154>

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Número: CP-1031713

Data: 14/09/2025 - 18:23

Título: COMENTÁRIOS SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNPC Nº 50/2022 - SINERGIA CAMPINAS - INSTITUTO ADECON - SEESP

Resumo: Comenatários sobre as propostas de alteração da Resolução CNPC nº 50/2022.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75158>

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 21

"Art. 6º A concessão do benefício decorrente da opção pelo instituto do benefício proporcional diferido será efetivada, mediante requerimento, observadas as condições previstas no regulamento do plano.

Número: CP-1031044

Data: 12/09/2025 - 14:00

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração

Resumo: ALTERAÇÃO SUGERIDA: Art. 6º O benefício decorrente da opção pelo instituto do benefício proporcional diferido pode ser concedido a partir da data em que o participante tornar-se-ia elegível ao benefício antecipado ou pleno, desde que este o requeira, conforme previsão regulamentar. **JUSTIFICATIVA:** A intenção é que o participante em BPD tenha o mesmo tratamento que os demais no que concerne a concessão do benefício, podendo requerer aposentadoria de forma antecipada, de acordo com as regras de elegibilidade previstas nos regulamentos dos planos.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031711

Data: 14/09/2025 - 18:20

Título: SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA A RESOLUÇÃO Nº 50_2022 - SINERGIA CAMPINAS / INSITUTO ADECON / SEESP

Resumo: Algumas propostas para alteração da Resolução CNPC nº 50_2022

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75156>

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente

Parágrafo 22

Seção III

Parágrafo 23

Da Apuração do Valor do Benefício decorrente do instituto do Benefício Proporcional Diferido

Parágrafo 24

.....

Parágrafo 25

Art. 10.

Parágrafo 26

.....

Parágrafo 27

§ 3º Poderão ser recepcionados recursos oriundos de portabilidade mesmo durante a fase de concessão de benefícios, desde que tais recursos resultem em:

Parágrafo 28

I - melhoria do benefício, quando o participante estiver recebendo benefício de prestação continuada permanentemente ajustado ao saldo de conta; ou

Parágrafo 29

II - concessão de benefício adicional e temporário, quando o participante estiver recebendo benefício de prestação continuada vitalício, mediante previsão no regulamento do plano.

Parágrafo 30

.....

Parágrafo 31

Art. 13.

Parágrafo 32

.....

Parágrafo 33

II -

Parágrafo 34

a) quando a modelagem de acumulação do recurso garantidor do benefício pleno for de benefício definido, às reservas constituídas pelo participante ou à reserva matemática, o que lhe for mais favorável, na forma regulamentada e conforme nota técnica atuarial do plano de benefícios, assegurado no mínimo o valor do resgate, na forma definida desta Resolução; e

Parágrafo 35

.....

Número: CP-1031045

Data: 12/09/2025 - 14:04

Título: ABRAPP: Sugestão de inclusão ART 15 - PARAGRAFO ÚNICO

Resumo: SUGESTÃO DE INCLUSÃO: Parágrafo único. A entidade fechada de previdência complementar deve considerar, por ocasião da apuração do valor a ser portado, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante, que devem ser descontados do valor a ser portado aplicando a tributação devida. JUSTIFICATIVA: Tornando mais claro o operacional do desconto de eventuais débitos dos participantes para a apuração do valor a ser portado.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Parágrafo 36

Art. 17.

Parágrafo 37

§ 1º O resgate integral, em plano instituído por patrocinador, somente pode ocorrer por ocasião da perda do vínculo empregatício do participante com o seu patrocinador, sendo vedado que o regulamento do plano de benefícios estabeleça prazo de carência para o seu exercício, salvo no caso de recursos oriundos de Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária - PIPPP, cuja carência deve ser de sessenta meses a contar da data de seu recebimento no plano.

Número: CP-1023598

Data: 27/08/2025 - 15:43

Título: §3º - Carência Resgate de Contribuição de Patrocinador

Resumo: Sugerimos alterar a carência em relação a "cada" contribuição efetuada pelo patrocinador, eliminando "cada uma das contribuições" pois é favorável para retenção no plano, no entanto traz um custo operacional imenso visto que o participante fica solicitando resgate todo mês durante 36 meses. Ideal que o participante faça apenas um resgate. Sugestão: § 3º Em relação as contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao plano de benefícios de que trata o § 2º, somente é admitido o resgate após o cumprimento de prazo de carência de trinta e seis meses em relação à data da inscrição no plano (ou do desligamento)"

Contribuinte: RITA PASQUAL ANZOLIN

Status: Pendente

Número: CP-1024044

Data: 28/08/2025 - 15:27

Título: Exclusão da carência de recursos advindos de PIPP

Resumo: A adoção de carência dos recursos advindos de PIPPP incentiva a opção pelo resgate no próprio PIPPP. Se o participante tem a opção de receber o recurso no PIPPP não faz sentido colocar carência para receber no plano de destino.

Contribuinte: ANDREZA MELE CABRAL

Status: Pendente

Número: CP-1031046

Data: 12/09/2025 - 14:07

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração

Resumo: ALTERAÇÃO SUGERIDA: § 1º O resgate integral, em plano instituído por patrocinador, somente pode ocorrer por ocasião da perda do vínculo empregatício do participante com o seu patrocinador, sendo vedado que o regulamento do plano de benefícios estabeleça prazo de carência para o seu exercício, salvo no caso de recursos oriundos de Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária – PIPPP, cuja carência deve ser de sessenta meses a contar da data da efetiva transferência dos recursos ao plano.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031180

Data: 12/09/2025 - 18:46

Título: APEP: Sugestão para alteração

Resumo: § 1º O resgate integral, em plano instituído por patrocinador, somente pode ocorrer por ocasião da perda do vínculo empregatício do participante com o seu patrocinador, sendo vedado que o regulamento do plano de benefícios estabeleça prazo de carência para o seu exercício, salvo no caso de recursos oriundos de Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária - PIPPP.
JUSTIFICATIVA: Propõe-se a exclusão da carência, tendo em vista não se encontrar justificativa técnica para sua aplicação para os recursos oriundos do PIPPP.

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Parágrafo 38

.....

Número: CP-1031049

Data: 12/09/2025 - 14:13

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração - Art 18

Resumo: Especificar quais as destinações aventadas para os recursos não resgatáveis. Trazer segurança jurídica para as decisões de destinação desses recursos tomadas pelas EFPCs.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031051

Data: 12/09/2025 - 14:17

Título: ABRAPP: Sugestão de Inclusão - Art 18 § 1

Resumo: SUGESTÃO DE INCLUSÃO: § 1º A carência referida no inciso II do caput poderá ser dispensada no caso de valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em planos instituídos por instituidor. **JUSTIFICATIVA:** Permitir a dispensa de carência aos valores oriundos de portabilidade de recursos constituídos em planos instituídos por instituidor, prevista para o resgate parcial, na forma do § 2º do art. 19.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Parágrafo 39

Art. 19.

Parágrafo 40

§ 1º

Número: CP-1031054

Data: 12/09/2025 - 14:23

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração

Resumo: SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO: § 1º O resgate parcial poderá ser aplicado ao participante ativo, autopatrocinado e em benefício proporcional diferido, de modo que o regulamento do plano: **JUSTIFICATIVA:** Em análise de sugestão de alteração de regulamento por parte de Entidade integrante deste subgrupo, houve a restrição, por parte do órgão regulador, da aplicabilidade do resgate parcial apenas para participante ativo, excluindo participante autopatrocinado e em benefício proporcional diferido. **JUSTIFICATIVA:** Em análise de sugestão de alteração de regulamento por parte de Entidade integrante deste subgrupo, houve a restrição, por parte do órgão regulador, da aplicabilidade do resgate

parcial apenas para participante ativo, excluindo participante autopatrocinado e em benefício proporcional diferido.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Parágrafo 41

.....

Parágrafo 42

III - deve facultar o resgate de valores oriundos de contribuições e aportes facultativos, esporádicos ou eventuais vertidos ao plano pelo participante;

Parágrafo 43

IV - pode facultar o resgate de valores oriundos de contribuições normais vertidas ao plano pelo participante, com limite de até vinte por cento dessas contribuições; e

Parágrafo 44

V - pode facultar o resgate dos recursos que tiverem ingressado no plano em decorrência de retirada de patrocínio ou rescisão de convênio de adesão por iniciativa da entidade fechada de previdência complementar em outro plano previdenciário, observado o limite máximo de vinte e cinco por cento.

Número: CP-1031182

Data: 12/09/2025 - 18:49

Título: APEP: Sugestão para alteração

Resumo: V - pode facultar o resgate dos recursos que tiverem ingressado no plano em decorrência de retirada de patrocínio ou rescisão de convênio de adesão por iniciativa da entidade fechada de previdência complementar em outro plano previdenciário, observado o limite definido pela Entidade. **JUSTIFICATIVA:** A regra é positiva, pois flexibiliza o resgate parcial em algumas hipóteses, porém entendemos que o limite pode ser definido pela Entidade

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Parágrafo 45

.....

Parágrafo 46

§ 3º

Parágrafo 47

I - a carência para o primeiro resgate parcial deve ser de, no mínimo, sessenta meses, a contar da data de inscrição do participante no plano de benefícios, conforme estabelecido no regulamento;

Parágrafo 48

II - a carência para cada resgate parcial posterior deve ser de, no mínimo, trinta e seis meses, a contar da data do último resgate parcial efetuado;

Parágrafo 49

III - o primeiro resgate parcial pode ser efetuado sobre o valor do saldo da conta individual correspondente à totalidade das contribuições normais vertidas ao plano pelo participante; e

Número: CP-1031185

Data: 12/09/2025 - 18:51

Título: APEP: Sugestão para alteração

Resumo: III - o primeiro resgate parcial pode ser efetuado sobre o valor do saldo da conta individual correspondente à totalidade das contribuições normais ou contribuições facultativas, esporádicas ou eventuais vertidas ao plano pelo participante; e JUSTIFICATIVA: Sugere-se que também as contribuições voluntárias possam ser objeto de resgate

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Parágrafo 50

IV - os resgates parciais posteriores podem ser realizados sobre o valor do saldo da conta individual correspondente ao somatório das contribuições normais vertidas ao plano pelo participante desde a data do último resgate parcial efetuado.

Parágrafo 51

.....

Número: CP-1031058

Data: 12/09/2025 - 14:28

Título: ABRAPP: Sugestão de alteração §7 Art.19

Resumo: ALTERAÇÃO SUGERIDA: § 7º A entidade fechada de previdência complementar deve descontar, por ocasião do pagamento do resgate parcial previsto neste artigo, eventuais débitos do participante que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante. **JUSTIFICATIVA:** Melhora da redação para facilitar o operacional.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Parágrafo 52

Art. 20.

Parágrafo 53

.....

Parágrafo 54

III - contribuições e aportes facultativos, esporádicos ou eventuais;

Parágrafo 55

IV - contribuições normais vertidas ao plano pelo participante, com limite de até vinte por cento do saldo da conta individual correspondente a essas contribuições; e

Número: CP-1031187

Data: 12/09/2025 - 18:53

Título: APEP: Sugestão para alteração

Resumo: IV - os resgates parciais posteriores podem ser realizados sobre o valor do saldo da conta individual correspondente ao somatório das contribuições normais ou voluntárias vertidas ao plano pelo participante desde a data do último resgate parcial efetuado.**JUSTIFICATIVA:** Sugere-se que também as contribuições voluntárias possam ser objeto de resgate.

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Parágrafo 56

V - recursos que tiverem ingressado no plano em decorrência de retirada de patrocínio ou rescisão de convênio de adesão por iniciativa da entidade fechada de previdência complementar em outro plano previdenciário, observado o limite máximo de vinte e cinco por cento.

Número: CP-1031188

Data: 12/09/2025 - 18:56

Título: APEP: Sugestão para alteração

Resumo: V - recursos que tiverem ingressado no plano em decorrência de retirada de patrocínio ou rescisão de convênio de adesão por iniciativa da entidade fechada de previdência complementar em outro plano previdenciário, observado o limite definido pela EFPC.**JUSTIFICATIVA:** A regra é positiva, pois se ajusta aos comandos da Res CNPC 59/2023, entretanto, entendemos que o limite pode ser definido pela EFPC.

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Parágrafo 57

Parágrafo 58

§ 4º Quando se tratar de Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária - PIPPP, o resgate parcial de que trata o inciso V do caput somente pode ser realizado após o período de opção previsto no termo de retirada de patrocínio ou de rescisão de convênio de adesão por iniciativa da entidade fechada de previdência complementar.

Parágrafo 59

§ 5º Observado o disposto no § 4º, o resgate parcial na hipótese do inciso V do caput somente pode ser exercido após cumprida a carência de sessenta meses.

Número: CP-1024048

Data: 28/08/2025 - 15:36

Título: Exclusão de carência para recebimento de recursos de PIPPP

Resumo: A adoção de carência dos recursos advindos de PIPPP incentiva a opção pelo resgate no próprio PIPPP. Se o participante tem a opção de receber o recurso no PIPPP não faz sentido colocar carência para receber no plano de destino.

Contribuinte: ANDREZA MELE CABRAL

Status: Pendente

Número: CP-1031064

Data: 12/09/2025 - 14:33

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração

Resumo: ALTERAÇÃO SUGERIDA: Essa carência de 60 meses representa um endurecimento das condições de liquidez para o participante que opta por permanecer no plano, mesmo após a retirada de patrocínio. Desincentivo à permanência no PIPPP: Ao impor uma carência tão extensa, a norma pode desestimular o participante a permanecer no plano instituído, contrariando o próprio objetivo do PIPPP, que é preservar a proteção

previdenciária.Desproporcionalidade: A carência de 60 meses para o primeiro resgate parcial é significativamente superior à carência de 36 meses prevista para resgates subsequentes ou em planos instituídos por instituidores. Isso levanta dúvidas sobre a razoabilidade e proporcionalidade da medida.Impacto na liberdade de escolha do participante: A norma restringe o exercício do direito ao resgate parcial, mesmo após a retirada de patrocínio, condicionando-o a um período de carência que pode ser incompatível com as necessidades financeiras do participante.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031193

Data: 12/09/2025 - 18:58

Título: APEP: Sugestão para alteração

Resumo: § 5º Observado o disposto no § 4º, o resgate parcial na hipótese do inciso V do caput somente pode ser exercido por aqueles que optarem por permanecer no PIPPP após cumprida a carência de sessenta meses.JUSTIFICATIVA: A regra é positiva, pois se ajusta aos comandos da Res CNPC 59/2023, contudo, sugere-se ajuste na redação para maior clareza sobre o público envolvido.

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Parágrafo 60

§ 6º A entidade fechada de previdência complementar deve considerar, por ocasião do pagamento do resgate parcial previsto neste artigo, a situação do participante em relação a eventuais débitos que este detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.

Parágrafo 61

.....

Número: CP-1031068

Data: 12/09/2025 - 14:41

Título: ABRAPP: Sugestão de Alteração Art 24

Resumo: ALTERAÇÃO SUGERIDA: Art. 24. O regulamento do plano de benefícios deve prever prazo para opção pelo autopatrocínio, exceto quando esta ocorrer em momento posterior à opção pelo Benefício Proporcional Diferido. JUSTIFICATIVA: Firmar a existência de exceção para opção pelo autopatrocínio dentro do prazo previsto em regulamento, na hipótese de opção pelo autopatrocínio posterior à opção pelo BPD JUSTIFICATIVA: Ajuste no artigo 21, inciso I: Objetivo de deixar claro que a possibilidade de diferimento é determinada a critério da Entidade.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031075

Data: 12/09/2025 - 14:47

Título: SUGESTÃO DE INCLUSÃO ARTIGO 21

Resumo: INCLUSÃO SUGERIDA: § 1º. O regulamento do plano de benefícios deve dispor sobre o critério de reajuste das parcelas vincendas, no caso de pagamento parcelado ou diferido do resgate. § 2º. Em planos de benefícios das modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, a compensação do saldo devedor do empréstimo com o saldo de conta do participante, nos termos permitidos pela regulamentação do Conselho Monetário Nacional, será considerada, para todos os fins de direito, como Resgate, independentemente da prévia e expressa opção pelo Resgate parcial ou integral por parte do participante que se encontre na condição de mutuário inadimplente e com vencimento antecipado do débito, nos termos previstos no respectivo contrato de empréstimo. JUSTIFICATIVAS: Embora o art. 19, § 7º, e o art. 22, § 1º, inciso II, já estabelecessem que, do valor do resgate, serão abatidos os valores de eventuais débitos junto ao plano, inclusive valores não vencidos relativos a operações com os participantes, hipótese que será aplicada também ao resgate parcial de plano instituído, nos termos do art. 20, § 6º, da Resolução (dispositivo proposto), em todos os aludidos dispositivos subentende-se que a compensação do saldo devedor do empréstimo com o saldo disponível para resgate do participante ocorrerá somente quando da prévia e expressa opção do participante pelo instituto do resgate

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Número: CP-1031076

Data: 12/09/2025 - 14:48

Título: SUGESTÃO DE INCLUSÃO ARTIGO 21

Resumo: SUGESTÃO DE INCLUSÃO: § 3º. Também serão consideradas como Resgate parcial ou integral, conforme o caso, a situação do abatimento dos eventuais débitos que o participante detenha junto ao plano de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante, quando da opção do participante pelo instituto da portabilidade, independentemente da modalidade do plano de benefícios. § 4º. Previamente à compensação mencionada no §§ 2º e 3º, a EFPC deverá notificar o participante para que ele tenha oportunidade de realizar a opção pelo regime tributário regressivo antes da operacionalização do Resgate. JUSTIFICATIVA: O § 3º visa deixar expresso que na situação de compensação do saldo devedor do empréstimo com o valor disponível para resgate, na hipótese de opção pelo instituto da portabilidade, também deve ser considerada como resgate. Já o § 4º visou compatibilizar a opção “tácita” pelo resgate com o disposto na legislação tributária sobre a opção pelo regime regressivo.

Contribuinte: PATRICIA DOS SANTOS TAKIMOTO

Status: Pendente

Parágrafo 62

Art. 27. As faculdades previstas no art. 18, II e no art. 19, § 1º, II, bem como a vedação prevista no art. 20, II, somente se aplicam para os recursos portados que tiverem sido recepcionados pela entidade fechada de previdência complementar após o início de vigência desta Resolução.

Parágrafo 63

.....

Número: CP-1030957

Data: 12/09/2025 - 11:23

Título: Proteção ao autopatrocínio em planos instituídos CD

Resumo: Propõe-se ajustar o Art. 28 para permitir a continuidade automática do autopatrocínio em planos instituídos de contribuição definida, salvo manifestação expressa do participante em sentido contrário. Nos planos instituídos CD, o participante já ingressa como autopatrocinado. A presunção de BPD ou resgate, em caso de silêncio, pode prejudicar o planejamento previdenciário. A alteração garante proteção ao participante,

preserva a lógica do autopatrocinio e evita distorções. Art. 28. (...) §1º. Art. 28. (...) §2º. Em planos instituídos de contribuição definida, em que o participante já se encontre na condição de autopatrocinado, a perda do vínculo associativo com o instituidor permitirá à entidade presumir a continuidade do autopatrocinio, salvo manifestação expressa em sentido diverso. §3º. Permanecem aplicáveis as regras do caput e do §1º deste artigo para as demais modalidades de planos e situações não abrangidas pelo §2º.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75083>

Contribuinte: INGRID CRISTINA DE OLIVEIRA ANDRADE RODRIGUES

Status: Pendente

Parágrafo 64

Art. 30-A. O regulamento do plano de benefícios deve definir os valores devidos aos quais os participantes cancelados têm direito, não inferiores ao valor mínimo mencionado no art. 22, a serem restituídos após a perda do vínculo empregatício, no caso de plano instituído por patrocinador, ou após decorridos trinta e seis meses contados da data de inscrição no plano, no caso de plano instituído por instituidor.

Número: CP-1031196

Data: 12/09/2025 - 19:00

Título: APEP: Sugestão para alteração

Resumo: Art. 30-A. O regulamento do plano de benefícios deve definir os valores, não inferiores ao valor mínimo mencionado no art. 22, devidos aos participantes cancelados. **JUSTIFICATIVA:** O conteúdo é tecnicamente adequado. Contudo, a regra merece uma redação mais precisa. A definição de "participante cancelado" no parágrafo seguinte não é clara.

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Parágrafo 65

§ 1º Para os fins desta Resolução, considera-se participante cancelado aquele que teve sua inscrição cancelada no plano antes da perda do vínculo empregatício, no caso de plano instituído por patrocinador, ou antes de decorridos trinta e seis meses contados da data de inscrição no plano, no caso de plano instituído por instituidor.

Número: CP-1031200

Data: 12/09/2025 - 19:01

Título: APEP: Sugestão para alteração

Resumo: § 1º Para os fins desta Resolução, considera-se participante cancelado: I - no caso de plano instituído por patrocinador, aquele que teve sua inscrição cancelada no plano antes da perda do vínculo empregatício; e II - no caso de plano instituído por instituidor, aquele que teve sua inscrição cancelada antes de decorridos 36 (trinta e seis) meses contados da data de inscrição no plano. JUSTIFICATIVA: A regra merece uma redação mais precisa, pois a definição de "participante cancelado" não é clara.

Contribuinte: HERBERT DE SOUZA ANDRADE

Status: Pendente

Parágrafo 66

§ 2º A critério da entidade fechada de previdência complementar, a restituição dos valores de que trata o caput pode ser exercida por meio de procedimento equivalente ao resgate integral dos valores ou à portabilidade." (NR)

Parágrafo 67

Art. 3º Fica revogado o art. 19, § 4º, da Resolução CNPC nº 50, de 16 de fevereiro de 2022.

Parágrafo 68

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor (data por extenso).

Contribuições no Documento

Número: CP-1014907

Data: 15/08/2025 - 16:34

Título: Consulta Pública – MPS/SRPC no 2 de 01/08/25

Resumo: Exmos. Sr. Presidente do Conselho Nacional e Previdência Complementar – CNPC e/ou Sr. Secretário de Regime Próprio e Complementar - SRPC1. Com nossos cordiais cumprimentos, segue nossa correspondência 177 de 18/08/25, com nossas considerações para a referida Consulta Pública, que visam contribuir para o aperfeiçoamento das Resoluções vigentes, sempre com olhar para a necessária proteção dos Participantes e/ou Assistidos(as) para reforçar a credibilidade e previsibilidade do Segmento.2. Colocamo-nos à inteira disposição para outros esclarecimentos julgados necessários. Atenciosamente, José Lindolfo Magalhães Presidente Associação Virtual dos Participantes do Fundo de Pensão Petros – AVPP contato: associacaovirtualpetrosams@gmail.com

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/74118>

Contribuinte: JOSE LINDOLFO MAGALHAES

Status: Pendente

Número: CP-1031720

Data: 14/09/2025 - 18:33

Título: CONTRIBUIÇÃO À CONSULTA PÚBLICA - VERSÃO INTEGRAL

Resumo: Segue a versão integral da contribuição para Consulta Pública MPS/SRPC Nº 02/2021 de autoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas – (SINERGIA CAMPINAS), CNPJ 46.085.528/0001-01; Instituto Adecon (ADECON), CNPJ 47.412.143/0001-74 e Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP), CNPJ 62.637.137/0001-09, constando comentários, sugestões e recomendações das propostas de alteração da Resolução CNPC nº 40/2021 e Resolução 50/2022 elaboradas pela PREVIC e CNPC. Ao final da contribuição há um Quadro Comparativo – Riscos, Impactos e Recomendações.

Arquivo: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/75162>

Contribuinte: FERNANDO MIRANCOS DA CUNHA

Status: Pendente